



ÁREA DO  
**CONCURSEIRO**

# **SIMULADO DIREITO PENAL**

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

*Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!*

*Comece agora, comece pela maneira certa!*



**371) Assinale a alternativa correta de acordo com o que está previsto no texto do Código Penal.**

- a) Comete o crime de condescendência criminosa quem deixa, em troca de vantagem indevida, de responsabilizar o funcionário subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.
- b) Comete o crime de condescendência criminosa quem deixa, por indulgência, de levar ao conhecimento da autoridade competente, quando não for competente, funcionário que cometeu infração no exercício do cargo.
- c) Comete o crime de advocacia administrativa quem patrocinar, direta ou indiretamente, interesse público, perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- d) Se tal interesse público for ilegítimo a punição será de detenção de três meses a um ano, além da multa.

**RESPOSTA:** B, pois está de acordo com o que está disposto no artigo 320 do Código Penal. A alternativa A é incorreta pois a omissão na responsabilização do funcionário faltoso é devido a indulgência, e não em troca de vantagem indevida. A alternativa C é incorreta pois o crime de advocacia administrativa é quando o funcionário patrocina, ou melhor, representa interesses privados e não públicos, em seu benefício ou de terceiros perante a administração pública. A alternativa D é incorreta pois a pena é agravada quando o interesse privado for ilegítimo e não como constou na assertiva, interesse público. Interesse público é sempre legítimo !

**372) Estudando os crimes praticados pelo funcionário público contra os interesses da administração pública, previstos no Código Penal, assinale a alternativa incorreta.**

- a) Comete o crime previsto no artigo 322, violência arbitrária, quem praticar violência, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la.
- b) Comete o crime previsto no artigo 323, abandono de função, quem abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei.
- c) Se o abandono de cargo resultar prejuízo particular será punido com detenção de três meses a um ano, além da multa.
- d) Se o abandono de cargo ocorrer em lugar compreendido na faixa de fronteira será punido com detenção de um a três anos e multa.

**RESPOSTA:** C. Pois, conforme está previsto no artigo 323, §1º

, do Código Penal, se do abandono resultar prejuízo público a pena será a que está prevista na alternativa e, não como constou.

**373) Sobre o crime de violação de sigilo funcional, previsto no artigo 325 do Código Penal, assinale a alternativa correta.**

- a) comete o crime quem revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, sendo que a lei não pune quem facilita a revelação.
- b) também comete o crime quem permite, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública.
- c) comete o crime também quem se utiliza, devidamente, do acesso restrito.
- d) se da ação ou omissão resultar dano à Administração Pública ou a outrem será punido com a pena de reclusão de dois a seis anos, além da multa.

**RESPOSTA:** D. Estando de acordo com o que está disposto no artigo 325, §2º, do Código Penal.

A alternativa A é incorreta, pois a lei pune também quem facilita a revelação.

A alternativa B é incorreta, pois a lei incrimina o acesso a pessoas não autorizadas, conforme está previsto no artigo 325, §1º, I, do Código Penal.

A alternativa C é incorreta, pois a lei incrimina o acesso restrito indevidamente.

**374) Aponte a alternativa incorreta.**

- a) comete o delito do exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado, previsto no artigo 324, do Código Penal quem entra no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais.
- b) também comete o delito exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado, previsto no artigo 324, do Código Penal quem continua a exercer a função pública, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso.
- c) a lei considera funcionário público quem, com remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- d) a lei considera funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade para-estatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

**RESPOSTA:** C. Pois tal assertiva não está de acordo com o que está disposto no artigo 327, do Código Penal, pois tal dispositivo legal considera funcionário público quem embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

**375) Assinale a alternativa correta de acordo com o texto do Código Penal.**

- a) comete o crime de usurpação de função pública, previsto no artigo 328 do Código Penal quem usurpar o exercício de função publica.
- b) se o agente, em razão da usurpação de função, auferir vantagem, a pena será a mesma da usurpação constante no caput do artigo 328 do Código Penal.
- c) comete o crime de resistência quem se opõe à execução de ato ilegal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo, contudo, não atingindo aos particulares que estejam lhes prestando auxílio.
- d) as penas do artigo 329, crime de resistência, são aplicáveis, prejudicando as penas correspondentes à violência.

**RESPOSTA:** A. Estando de acordo com o artigo 328, caput, do Código Penal. A assertiva B é incorreta pois quando há vantagem as penas são aumentadas, conforme artigo 328, parágrafo único, do C. P. Já a alternativa C peca pela palavra “ato ilegal”, pois quem se opõe a ato ilegal não comete crime algum, mas, somente quem se opõe a ato legal. A alternativa D é incorreta pois as penas do artigo 329 não prejudicam as penas da violência.

**376) Assinale a alternativa incorreta conforme disposto no texto do Código Penal.**

- a) comete o crime de desobediência quem desobedece à ordem legal de funcionário publico.
- b) comete o crime de desacato quem desacata funcionário público no exercício da função ou em razão dela.
- c) comete o crime de trafico de influência, previsto artigo 332, quem solicita, exige, cobra ou obtém, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
- d) a pena é aumentada em dois terços se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário publico.

**RESPOSTA:** C, pois está em desconformidade com o artigo 332, parágrafo único, onde a pena é aumentada da metade quando o infrator alegar ou insinua que a vantagem será destinada ao funcionário público.

**377) Sobre o delito de corrupção passiva, previsto no artigo 333 do Código Penal, assinale a alternativa correta.**

- a) comete o crime quem oferece vantagem indevida a funcionário público para determiná-lo a praticar ato de ofício.
- b) comete o crime quem promete vantagem devida a funcionário público para determiná-lo a praticar ato de ofício.
- c) a pena é aumentada de metade se em razão da vantagem ou promessa o funcionário omite ato de ofício.
- d) a pena não será aumentada se, em razão da vantagem ou promessa de vantagem ou funcionário pratica o ato infringindo o dever funcional.

**RESPOSTA:** A. Estando em conformidade com o artigo 333, do Código Penal. A alternativa B é incorreta pois a vantagem deve ser indevida e, não como constou, devida. A alternativa C é incorreta pois o aumento de pena é de um terço e não da metade. A alternativa D é falsa pois neste caso a pena também será aumentada em um terço.

**378) Aponte a assertiva incorreta de acordo com o texto do Código Penal.**

- a) comete o crime de contrabando ou descaminho quem importa mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada da mercadoria.
- b) incorre na mesma pena do contrabando ou descaminho quem pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei.
- c) equipara-se às atividades comerciais de contrabando ou descaminho, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, exceto o exercido em residências.
- d) a pena do contrabando ou descaminho será aplicada em dobro se o crime for praticado por meio de transporte aéreo.

**RESPOSTA:** C. Pois a lei também equipara como comércio irregular ou clandestino o realizado em residências, conforme prevê o artigo 334, §2º, do C. P.

**379) Assinale a alternativa incorreta**

- a) comete o crime de impedimento, perturbação ou fraude de concorrência quem impede concorrência ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade parastatal.
- b) comete o crime de impedimento, perturbação ou fraude de concorrência quem afasta concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem.
- c) quem se abstém de concorrer ou licitar, em razão da vantagem oferecida terá a sua pena reduzida em dois terços.
- d) comete o crime de subtração ou inutilização de livro ou documento quem inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público.

**RESPOSTA:** C. Pois está em desconformidade com o artigo 335, parágrafo único, onde prevê que aquele que se abstém de licitar, em razão da vantagem oferecida terá a sua pena igualada a do caput do artigo 335, qual seja, detenção de seis meses a dois anos ou multa.

**380) Sobre o delito de sonegação de contribuição previdenciária, previsto no artigo 337-A, do Código Penal, aponte a assertiva incorreta.**

- a) comete o crime quem suprime contribuição social previdenciária e qualquer acessório omitindo da folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto na legislação previdenciária segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços.
- b) comete o crime quem suprime ou reduz contribuição social previdenciária e qualquer acessório deixando de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviços.
- c) comete o crime quem suprime ou reduz contribuição social previdenciária e qualquer acessório omitindo somente os lucros auferidos.
- d) se o empregador não é pessoa jurídica e sua folha de pagamento mensal não ultrapassa R\$ 1.510,00 (um mil quinhentos e dez reais), o juiz poderá reduzir a pena de um terço até a metade ou aplicar apenas a de multa.

**RESPOSTA:** C. Pois não está em conformidade com o artigo 337-A, III, do C.P., sendo que tal dispositivo falar que comete o crime quem omite, total ou parcialmente, receitas ou lucros auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias.